



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 23 DE NOVEMBRO DE 2021

NÚMERO 7.980

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldisserra
(Licenciado)
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

BLOCO PARLAMENTAR MDB/NOVO

Líder: Valdir Cobalchini
Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB PR
Dr. Vicente Caropreso
Sergio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES PT

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO SOCIAL LIBERAL PSL

Líder: Ana Campagnolo

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Ivan Natz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz
Paulinha
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Coronel Mocellin
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus
Jessé Lopes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009)</p> <p>Leonardo Lorenzetti Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021 Regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS 2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES 2</p> <p>REDAÇÃO FINAL 17</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO 21</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS 21</p> <p>ATO DA MESA 21</p> <p>PORTARIA 22</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 23</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO 23</p>
--	---	---

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Sergio Motta, os senhores Deputados membros da Comissão: Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputado Nazareno Martins, Deputado Felipe Estevão, Deputado Fabiano da Luz e Deputado Jair Miotto. O Deputado Romildo Titon justificou a ausência conforme ofício RT 60/2021. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu os trabalhos submetendo à apreciação a Ata da 1ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou para a ordem do dia e fez a leitura do Requerimento, de autoria do Deputado Sergio Motta, que solicita realização de Ciclo de Seminários on line, a serem executados pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, transmitidos pela TVAL, com as seguintes temáticas: Oficina da Memória: onde o participante entende melhor os processos de atenção e de memorização e aprende exercícios para fortalecê-los em situações cotidianas, com diversas técnicas; Oficina de Longevidade Saudável onde o participante aprende sobre a importância do exercício físico com atividades lúdicas e nutrição saudável; Oficina de Inclusão Digital onde o participante aprende sobre as novas tecnologias que estão à sua disposição para facilitar sua vida. Mesa Redonda a ser realizada em alusão ao Dia Mundial do

Idoso com o tema: Qualidade de Vida Pós Pandemia, Palestra interativa com o objetivo de promover uma reflexão sobre as questões do envelhecimento e o recomeço da vida a partir dos 60 anos pós-pandemia. Exposição Fotográfica Itinerante “Semana Desportiva Dedicada ao Idoso”, que busca estimular e motivar atividade física e mental dos idosos (Lei Nº 17.740, de 18 de junho de 2019), apresentando idosos que também são atletas e suas histórias de vida. Colocado em discussão e votação, o requerimento que foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Jair Miotto relatou o PL./0094.1/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que veda a oferta e/ou contratação de empréstimo ou financiamento de qualquer natureza, por meio de ligação telefônica para aposentados e pensionistas. Dentro deste projeto foram apensados o PL./0170.7/2021 e PL./0224.4/2021; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, de relatoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, o senhor Presidente leu o parecer do PL./0522.0/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que visa incluir no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina, o “Junho Violeta” como o Mês de Conscientização e Prevenção contra a Violência à Pessoa Idosa. O parecer favorável do relator, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu à presença dos senhores Deputados encerrou a reunião. E para constar, eu, Ingrid Chineppe Hofstätter, Assessora de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros será assinada pelo Presidente, e posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2021

Deputado **Sergio Motta**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso

Processo SEI 21.0.000023721-0

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, os deputados membros da Comissão: Deputado Silvio Dreveck, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fernando Krelling e Deputado Ismael dos Santos. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação as atas da 5ª reunião ordinária e da 3ª reunião extraordinária, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, solicitou a inversão de pauta e passou a palavra ao Deputado Silvio Dreveck, que relatou o PL./0422.8/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto, que dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas creches e escolas públicas estaduais; apresentou requerimento de encaminhamento ao 1º Secretário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a senhora Presidente relatou a PEC/0007.5/2020, de autoria da Mesa, que altera o inciso VI do parágrafo único do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para incluir a Associação Filarmônica Camerata Florianópolis na concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro, por parte do Estado, a entidades culturais; exarou parecer pela rejeição, que, posto em discussão, foi concedida vista coletiva aos deputados membros da Comissão. A Deputada Ana Campagnolo devolveu vista ao PL./0086.1/2019, de autoria da Deputada Luciane Carminatti e outros, que inclui como atividade extracurricular obrigatória o conteúdo intitulado "História das Mulheres do Campo e Cidade em Santa Catarina" no currículo das Escolas Públicas e Privadas do Estado de Santa Catarina; apresentou voto vista pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva global apresentada. Tendo precedência, o parecer favorável do relator Deputado Dr. Vicente Caropreso, nos termos da emenda substitutiva global aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, foi posto em discussão e votação, sendo aprovado por maioria, com voto contrário da Deputada Ana Campagnolo. Com a palavra, o Deputado Valdir Cobalchini relatou o PL./0218.6/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que veda a exigência de atestado médico das pessoas que adotam o estilo de vida baseado no vegetarianismo e/ou no veganismo, aos alunos da rede pública de educação básica no Estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em atenção ao expediente, a senhora Presidente fez a leitura do Ofício

Nº 1636/2021/CNDH/SNPG/MMFDH, do Conselho dos Direitos Humanos, que apresenta a Recomendação nº 25, de 9 de julho de 2021, que recomenda ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, aos Governos Estaduais, distrital e municipais e ao Poder Legislativo a adoção de medidas para o fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dando continuidade, apresentou os seguintes requerimentos: Requerimento, de autoria do Deputado Silvio Dreveck, para que, após deliberação desta comissão, seja encaminhada moção ao Ministro da Educação, Conselho Nacional de Educação, Fórum Parlamentar Catarinense de Educação, Presidente da Câmara Federal e Presidente do Senado, no sentido de que seja incluído na grade curricular do ensino de educação básica, a disciplina de Organização Social e Política Brasileira - OSPB; posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com voto contrário da Deputada Luciane Carminatti. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de Audiência Pública para debater a situação do não credenciamento da Universidade de São José; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de Audiência Pública para tratar da implantação do novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização, via Escola do Legislativo, de um seminário online sobre captação de recursos para projetos culturais pelo Programa de Incentivo à Cultura - PIC (Lei nº 17.942/2020); posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização, via Escola do Legislativo, de um ciclo de palestras online alusivo ao Dia do Professor; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados, convidados e demais presentes e encerrou a Reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 1º de setembro de 2021.

Deputada **Luciane Carminatti**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Processo SEI 21.0.000023734-2

— * * * —

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Ada Faraco de Luca, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes deputados membros da Comissão: Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Jessé Lopes, Deputado Julio Garcia e Deputado Nazareno Martins. A senhora presidente informou que o Deputado Moacir Sopelsa apresentou justificativa de ausência, por estar em cumprimento de agenda externa no município de Concórdia. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 6ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, a senhora Presidente, apresentou requerimento subscrito por ela, a pedido do Conselho Estadual de Direitos Humanos, que solicita uma reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa Legislativa, envolvendo vários órgãos do governo do Estado e entidades da sociedade civil, para tratar de "denúncia acerca da violência contra as mulheres nos presídios de Santa Catarina", em data a ser agendada, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à pauta, a senhora Presidente fez a leitura do ofício nº 43/2021, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que solicita à Assembleia Legislativa que os projetos de lei, decretos, portarias e demais documentos legislativos que envolvem a temática dos direitos da mulher sejam submetidos à apreciação do conselho estadual dos direitos da mulher – CEDIM. Colocado em discussão, a senhora Presidente propôs que o ofício apresentado, seja encaminhado aos quarenta parlamentares para conhecimento da solicitação e que façam o encaminhamento proposto a

partir do seu entendimento. Colocada em discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, a senhora Presidente leu requerimento apresentado pela Deputada Luciane Carminatti, para realização de Audiência Pública Virtual, para debater sobre o tema "A fome e o desmonte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em Santa Catarina", em data a ser agendada, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a reunião, a senhora presidente apresentou extrapauta, requerimento apresentado pelo Deputado Fabiano da Luz para a realização da "1ª Conferência Parlamentar de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial", a ser promovida por esta Comissão, em parceria com a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e o CEPA/SC, de forma virtual, no mês de novembro, com data e horário a serem posteriormente definidos. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Bernadete Sant'Anna, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 08 de setembro de 2021.

Deputada **Ada Faraco de Luca**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Processo SEI 21.0.000023782-2

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Felipe Estevão, os membros da Comissão: Deputada Marlene Fengler, Deputado Nazareno Martins, Deputado Neodi Saretta e Deputado Volnei Weber. Foi registrada a presença do convidado Coordenador do Instituto Anjos do Mar Brasil - IAMB, senhor Marcelo Assumpção Ulyssea. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião e submeteu à apreciação a Ata da 4ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo deu início ao debate sobre a importância da Audiência Pública visando debater a Mortalidade de Baleias e Animais Marinhos Protegidos e sua inter-relação com Redes Ilegais de Pesca no Estado de Santa Catarina. Com a palavra, o senhor Marcelo Ulyssea comentou sobre a situação difícil dos pescadores e a perda da biodiversidade do Estado com a mortalidade de baleias e animais marinhos que vem acontecendo nos últimos anos. Em seguida, destacou que a intenção é de possibilitar aos pescadores alternativas para que continuem pescando e não permaneçam em conflito com a lei, alcançando sustentabilidade das pescarias no litoral. Ato contínuo o convidado apresentou o Instituto Anjos do Mar Brasil, os trabalhos desenvolvidos e apresentou um estudo da entidade que mostra a interface entre a mortalidade e a pesca ilegal, bem como a metodologia do trabalho dos resgates de animais marinhos com equipe capacitada. Em seguida, comentou sobre os convênios de resgate de fauna marinha com um trabalho aprovado pelo IBAMA, que culminou em uma rede de informações e ações para combate de pesca ilegal. Dando sequência, comentou que o IBAMA vê a necessidade de capacitar os municípios e o Estado para fazer ações de proteção e fiscalização da fauna, orientando os pescadores para se adequar à legislação vigente. Informou que 80% a 85% da pesca ilegal é realizada à noite e 15% a 20% acontecem durante o dia. Ato contínuo salientou que ações de monitoramento foram feitas para mapear as redes ilegais de pesca, resgates dos animais marinhos e auxílio à fiscalização. Nestas ações, informou que foi feita também a leitura dos ambientes aquáticos em relação aos vazamentos de óleo, a origem e o destino do lixo marinho, com objetivo de auxiliar os pescadores na educação ambiental voltada à regulamentação, de modo que nenhum pescador foi multado. Ainda, informou que depois que algumas cidades do litoral catarinense firmaram convênios para monitoramento da pesca ilegal, houve uma diminuição significativa da mortalidade por redes ilegais de pesca. Finalizou a apresentação da pesquisa com alguns resultados: a crueldade no afundamento intencional de carcaças; ocultação intencional de carcaças por operador de máquina prefeitura; prevaricação

constante em municípios menores devido ao eleitorado da pesca; casos de tentativas de iludir a fiscalização e encobertar pescadores infratores; falta de capilaridade/tempo resposta adequada das equipes de desemalhe. Concluiu com as seguintes informações: houve um crescimento no número de redes de pesca em aérea proibida; ausência de fiscalização regular constante (acíclica e diuturna); elevada taxa de sobrevivência, sobretudo com monitoramento noturno; grupo de pescadores que dependem exclusivamente da pesca ilegal são apenas de aproximadamente 15%; infratores podem ser facilmente identificados/autuados pela rotina repetitiva – local de saída e chegada, horários, embarcação e “loteamento” da aérea. Por fim, deixou as seguintes sugestões: aumentar o esforço qualificado de fiscalização autuando e prendendo; tornar o reincidente forçado à perda da embarcação até o pagamento da multa; criar alternativas técnicas viáveis para modernizar a arte de pesca; conquistar os pescadores dependentes da pesca ilegal com subsídios; trabalhar em conjunto com o Projeto de Monitoramento de Praias (PMP), Instituto do Meio Ambiente (IMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Anjos do Mar Brasil (IAMB), Núcleo Especial de Polícia Marítima (NEPOM). Na sequência, a Deputada Marlene Fengler reafirmou a importância do tema e questionou o convidado se Florianópolis também poderia ter convênio e se, das 55 mortes de baleias, há dados de quantas ocorreram em consequência da pesca ilegal. Em resposta, o senhor Marcelo Ulyssea respondeu que certamente Florianópolis poderia ter convênio, visto que a área do município é grande, mas necessitaria de uma estrutura adicional para o atendimento. Ato contínuo informou que das 55 mortes registradas, 24 tem relação com a pesca ilegal. Em seguida, o senhor Presidente apresentou Requerimento, de sua autoria, que solicita a realização de Audiência Pública para tratar da mortalidade das baleias no litoral catarinense, podendo ser realizada em conjunto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2021.

Deputado **Felipe Estevão**

Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura

Processo SEI 21.0.000020576-9

— * * * —

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jair Miotto, os deputados membros da Comissão: Deputado Bruno Souza, Deputado João Amin e Deputada Luciane Carminatti. Havendo quórum regimental, submeteu à apreciação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção ao expediente, passou à leitura do Ofício Interno Nº 251/2021/CGP, datado de 10 de setembro de 2021, do Chefe de Gabinete da Presidência, André Luiz Bernardi, no qual solicita, de ordem do Senhor Presidente Deputado Mauro de Nadal, que a Comissão realize, juntamente com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, reunião com o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC para tratar da apresentação do projeto para uso de veículos elétricos em frotas públicas. Em seguida, apresentou extrapauta os seguintes requerimentos: Requerimento, de autoria do Deputado Bruno Souza, que requer a realização de Audiência Pública para discutir o rompimento da Lagoa artificial da ETE da Lagoa da Conceição; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Paulinha, que solicita a realização de Audiência Pública com o propósito de discutir a disponibilização de dados fixos e móveis, para os municípios que ainda não tem cobertura no interior do Estado de Santa Catarina; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando início à ordem do dia, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Bruno Souza, que relatou as

seguintes matérias: PL./0040.9/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que torna obrigatória a instalação de balanças digitais em estabelecimentos que comercializam produtos a peso, cuja medição não tenha sido acompanhada pelo consumidor no Estado de Santa Catarina; exarou parecer pela rejeição, que, posto em discussão em votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0051.1/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que impede no Estado de Santa Catarina a decretação de fechamento de estabelecimentos comerciais por decorrência da pandemia de Covid-19 sem reunião prévia com representantes dos empregadores e empregados; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, a Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0297.0/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre a fiscalização das pistas de "kart indoor" no Estado de Santa Catarina; apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado de Segurança Pública, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2021.

Deputado **Jair Miotto**

Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia

Processo SEI 21.0.000023708-3

———— * * * ————

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Romildo Titon, os Deputados Membros da Comissão: Deputada Marlene Fengler, Deputado Neodi Saretta, Deputado Rudinei Floriano e Deputado Silvio Dreveck, justificadas as ausências do Deputado Jerry Comper, conforme Ofício nº 113/2021 e do Deputado Sérgio Motta, conforme Ofício nº 40/2021. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião e informou o recebimento do Ofício Circular nº 066/2021, datado de 15 de junho de 2021, da Fecam, que apresenta o Colegiado Estadual de Proteção e Defesa Civil e manifesta apoio ao PL 157/2021, que institui o Programa Defesa Civil nas Escolas; solicitou o encaminhamento do documento por meio digital aos membros da comissão. Com a palavra, a Deputada Marlene relatou o PLC/0001.8/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que institui a Região Metropolitana de Joinville (RMJ) e estabelece outras providências; exarou parecer favorável, que, posto em discussão, passou-se a palavra ao Deputado Silvio Dreveck, que sugeriu a realização de audiência pública sobre o tema no âmbito da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Posto em votação, o parecer favorável da Deputada Marlene Fengler foi aprovado por unanimidade. Havendo concordância dos membros da comissão, o Deputado Silvio Dreveck fez a leitura do relatório do Deputado Jerry Comper referente ao PL./496.4/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre as associações de Municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 30 da Constituição Estadual; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores e senhoras Deputados (as) e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2021.

Deputado **Romildo Titon**

Presidente da Comissão Assuntos Municipais

Processo SEI 21.0.000023717-2

———— * * * ————

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Marlene Fengler, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente à 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados membros da Comissão: Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputado Neodi Saretta, Deputado Jair Miotto e o Deputado Fernando Krelling; justificada a ausência do Deputado Sérgio Motta. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 4ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Dando início à ordem do dia, a senhora Presidente apresentou a Moção/0889.9/2021 apelando ao Prefeito do município de Araquari, Sr. Glenilton Carlos Pereira, que sejam adotadas medidas administrativas objetivando uma solução definitiva para as 217 famílias da comunidade Jardim das Oliveiras, que devem desocupar área pertencente à União; que, posta em discussão e votação, a moção foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Senhora Presidente apresentou requerimento de sua autoria, que solicita a realização de curso de capacitação aos conselheiros municipais de direitos, prevista para o mês de novembro do corrente ano, a ser realizada por meio de parceria com a Escola do Legislativo, com data ainda a definir; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2021.

Deputada **Marlene Fengler**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Processo SEI 21.0.000023731-8

———— * * * ————

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e quarenta e cinco minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado João Amin, os Deputados Membros da Comissão: Deputado Ivan Naatz, Deputado Romildo Titon, Deputado Jerry Comper, Deputada Luciane Carminatti e Deputado Ivan Natz. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 6ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção ao expediente, iniciou a leitura dos seguintes ofícios: Ofício nº 684/2021, datado de 10 de setembro de 2021, da Câmara Municipal de Brusque, que solicita que o Poder Legislativo envie esforços junto ao Governo do Estado a fim de que seja realizada a duplicação da Rodovia SC-486, no trecho compreendido entre os bairros Jardim Maluche e Dom Joaquim. Ofício FETRANDESC nº 30, datado de 28 de setembro de 2021, em que a Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina, juntamente com os 13 sindicatos filiados que compõem o Sistema Fetrancesc, manifesta sua preocupação com os reflexos da incidência do ICMS sobre os combustíveis e o impacto na cadeia logística. Ato contínuo, o senhor Presidente deu início à ordem do dia com a leitura do requerimento, de sua autoria, para a realização de Audiência Pública para tratar do Projeto de Lei Complementar nº 0001.8/2021, referente à criação da Região Metropolitana de Joinville, com data sugerida para o dia 25 de outubro de 2021, no município de Joinville; que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Ivan Natz relatou o PL./0001.2/2021, de autoria do Deputado Julio Garcia, que altera o Anexo II da Lei nº 16.720, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de denominar Franklin Locatelli o trecho da Rodovia SC-446, compreendido entre o Município de Lauro Müller (km 0,000) e a localidade de Barro Branco (km 3,000); exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo relatou extrapauta o PL./0338.2/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, que denomina Antônio Goedert, o trecho da Rodovia SC-486 compreendido entre os Municípios de Botuverá (Km 65,4) e Vidal Ramos (Km 107,8 - Entroncamento com a Rodovia SC-

110); exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Jerry Comper relatou extrapauta o PL./0131.0/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, que altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina", para denominar "Arquiteto Galeano Ramos Vieira", trecho da Rodovia SC-390; exarou parecer pela aprovação nos termos de emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a Deputada Luciane Carminatti relatou extrapauta o PL./0318.9/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, que denomina Prefeito Azizo Flores da Cunha a Rodovia SC-408, no trecho compreendido entre os Municípios de Major Gercino (Entr. SC-108) e Alfredo Wagner (Entr. SC-350); exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2021.

Deputado **João Amin**

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Processo SEI 21.0.000023757-1

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Volnei Weber, os Deputados membros da Comissão: Deputado Sargento Lima, Deputado Marcius Machado, Deputado Julio Garcia, Deputado Nazareno Martins, Deputada Paulinha e Deputado Jair Miotto. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião, colocando em apreciação a Ata da 13ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Passou a leitura do Pedido de verificação acerca da fiscalização das empresas que expõem funcionários a energia estática, encaminhado pelo Deputado Kennedy Nunes. Solicita que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público promova reunião entre seus membros a fim de verificar como anda a fiscalização das empresas, em especial as indústrias instaladas em nosso Estado, que durante o seu processo produzam energia estática que exponham seus funcionários a tal situação sem a devida proteção ou fonte de eliminação dessa energia. O senhor presidente sugeriu o encaminhamento de ofício à Superintendência Regional do Trabalho de Santa Catarina solicitando informações sobre o tema em questão. Em seguida, colocou em votação a substituição do Deputado Moacir Sopelsa pela Deputada Paulinha como membro indicado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para compor a Comissão Mista criada por meio do RQC/0017.2021, com o objetivo de apreciar e analisar o processo de estudo da desestatização dos portos do estado de Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência passou a palavra ao Deputado Nazareno Martins, que relatou o PL./0297.0/2021 de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no município de São José; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Lima relatou o PL./0014.7/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que dispõe sobre sanções para quem descumprir a ordem de prioridade na vacinação contra a covid-19 estabelecida pelo poder público; sendo que a esta matéria foram apensados o PL./0026.0/2021, PL./0032.9/2021 e o PL./0091.9/2021; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Lima relatou o PL./0207/3/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que dispõe sobre a vedação de ocupação de cargos, empregos e funções públicas que atendam público por pessoas que respondam judicialmente por crimes de natureza sexual; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Marcius Machado fez manifestação a respeito da votação do PL./0014.7/2021, que restou prejudicada matéria de sua autoria. Alegou que o objeto do PL./0091.9/2021, apensado ao PL./0014.7/2021, não foi contemplado na emenda substitutiva global aprovada, o apensamento foi realizado de maneira equivocada e seu pedido de desapensamento foi indeferido. Diante disso, o senhor Presidente Volnei Weber sugeriu como encaminhamento, havendo

concordância de todos os membros, a anulação a votação o PL./0014.7/2021, para que o relator apresente novo parecer considerando os pontos levantados pelo Deputado Marcius Machado; posto em discussão e votação, a votação anteriormente realizada foi declarada anulada. Em continuidade o Presidente relatou o PL./0356.4/2021, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a concessão de uso da Associação Cultural, Social e Terapêutica da região da Amurel pelo prazo de 10 anos, com a finalidade de continuidade no atendimento de crianças e adolescentes de apenados; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Paulinha relatou em bloco o PL./0200.7/2021, que autoriza a cessão do uso do imóvel no município de Curitiba e o PL./298.0/2021, que autoriza a doação de imóvel no município de Irineópolis, ambos de autoria do Governador do Estado; exarou pareceres favoráveis, que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 20 de outubro de 2021.

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Processo SEI 21.0.000023711-3

———— * * * ————

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Felipe Estevão, os membros da Comissão: Deputado Nazareno Martins, Deputado Neodi Saretta. Justificada a ausência da Deputada Marlene Fengler, conforme ofício nº 237/2021. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião e submeteu à apreciação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo passou a palavra a Deputada Paulinha, que relatou extrapauta o PL./176.2/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que dispõe sobre a proibição da captura e da comercialização do caranguejo-uçá "Ucides Cordatus", no âmbito do Estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Nazareno Martins. O Presidente informou o recebimento das seguintes correspondências: Ofício 150/2021, de autoria do SINDIPI, datado de 3 de setembro de 2021, que solicita especial atenção ao Projeto de Lei nº 1.543 de 2011, e mobilização da bancada Catarinense na Câmara dos Deputados para que se cobre do novo relator designado, Dep. Paulo Bengtson (PTB-PA), que opte pela não admissibilidade da proposta devido a sua incompatibilidade com o atual cenário da gestão pesqueira. Como encaminhamento, o Presidente sugeriu a realização de convite aos representantes do Sindipi para participação de reunião da Comissão. Ofício da Colônia de Pescadores Z-02, datado de 8 de outubro de 2021, que solicita que a apreciação e que sejam tomadas as medidas necessárias a fim de proteger os direitos dos pescadores artesanais na colônia de Pescadores Z-02 de São Francisco do Sul. Como encaminhamento, o Presidente informou que irá aproveitar agenda na região para entrar em contato com as partes, trazendo mais detalhes na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2021.

Deputado **Felipe Estevão**

Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura

Processo SEI 21.0.000023724-5

———— * * * ————

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS.

Aos vinte seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Presidente Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado João Amin, Deputado José Milton Scheffer, Deputada Paulinha e Deputado Jessé Lopes, em substituição a Deputada Ana Campagnolo, conforme Cl. 0077/2021. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 29ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início a ordem do dia, o Presidente passou a palavra a Deputada Paulinha que relatou as seguintes matérias: PL./0178.4/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Proíbe a utilização de verba pública no âmbito do Estado de Santa Catarina em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes e adota outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0281.2/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispõe sobre a inclusão na placa de inauguração, do nome do parlamentar estadual autor da emenda orçamentária que respectivamente custeou, total ou parcialmente, obra pública estadual de construção ou obra pública ou reforma, localizada em Município do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria com voto contrário do Deputado Jessé Lopes, Deputado Fabiano da Luz, Deputado João Amin, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Maurício Eskudlark e Deputado Valdir Cobalchini. Ato contínuo, o Presidente designou o Deputado Fabiano da Luz como relator para o voto vencedor, tendo este apresentado voto vencedor contrário, o qual foi aprovado por maioria, com voto contrário da Deputada Paulinha. Em seguida, o Deputado João Amin relatou as seguintes matérias: PL./0364.4/2021, de autoria do Deputado Adrianinho, que “Altera a ementa e os arts 1º, 2º e 4º, da Lei nº 10.567, de 1997, que “Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências”, para garantir a previsão à doadora de leite materno”. Apresentou requerimento de tramitação conjunta ao PL./0072.6/2019, que “Altera a Lei nº 10.567, de 1997, que “Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências”, para limitar a isenção ao âmbito estadual, bem como diferenciar as duas modalidades de doação quanto ao modo de comprovação”, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, por se tratar de matéria análoga, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0267.4/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Dispõe sobre o repasse, em caráter excepcional, para a regularização dos estoques, de medicamentos que fazem parte do “kit intubação” a hospitais públicos e privados sem fins lucrativos, contratualizados pelo SUS, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0370.2/2021, de autoria do Deputado Floriano, que “Dispõe sobre a proibição da participação de atleta identificado como “transexual” em equipes esportivas participantes de competições, eventos e disputas de modalidades esportivas que sejam mantidas com recursos ou realizados em espaços públicos do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, à Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE e ao Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Deputado José Milton Scheffer relatou as seguintes matérias: Devolução de vista sem manifestação ao PL./0221.1/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”. Posto em votação o parecer favorável com emenda supressiva da relatora Deputada Ana Campagnolo, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Deputado Maurício Eskudlark relatou as seguintes matérias: PL./0379.0/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, que “Dispõe sobre tornar obrigatório publicar no Diário Oficial do Estado (DOE/SC), informações acerca das empresas vencedoras de licitação e sobre a idoneidade moral dos nomeados em cargo em comissão no Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, e a Secretaria de Estado da Administração, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0390.6/2021, de autoria do Deputado Floriano, que “Altera a Lei

nº 14.675, de 2009, para incluir a oxirredução na Política Estadual de Resíduos Sólidos e estabelece outras providências". Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, e ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ademais, foi passada a palavra ao Deputado Fabiano da Luz que relatou as seguintes matérias: MSV/00775/2021, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o "Veto parcial ao PL/230/20, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que "Institui o procedimento de notificação compulsória de obra pública ou serviços de engenharia paralisados no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer pela rejeição do veto, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0287.8/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que "Altera a Lei nº 7.543, de 1988, que "Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências". O Presidente colocou em votação o parecer contrário exarado pelo relator Deputado Maurício Eskudlark, o qual foi aprovado por unanimidade; MSV/00776/2021, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o "Veto total ao PL/113/21, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "Veda a retenção de descontos no pagamento de recursos emergenciais ao setor cultural e a exigência de certidão negativa de débito com entes federativos nos editais do setor cultural, na forma que menciona". Apresentou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi rejeitado pela maioria com voto contrário do Deputado Jessé Lopes, Deputado João Amin, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Valdir Cobalchini e Deputada Paulinha. Ato contínuo, o Presidente designou o Deputado José Milton Scheffer para confeccionar o voto vencedor pela manutenção do veto, o qual foi apresentado e aprovado por maioria, com votos contrários dos Deputados Fabiano da Luz e Moacir Sopelsa; MSV/00797/2021, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o "Veto total ao PL./270/19, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de instalação de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas da chuva, nos projetos arquitetônicos de novas edificações ou reformas de prédios do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer pela rejeição do veto, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer; PL./0365.5/2021, de autoria do Deputado Adrianinho, que "Institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Solar". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0388.1/2021, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que "Denomina Celso Marasca a Rodovia SC-283, no trecho compreendido entre os Municípios de Mondaí e Itapiranga". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi passada a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa que relatou as seguintes matérias: PL./0319.0/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, que "Denomina Emília de Oliveira o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Marcus Rauh, no Município de Indaial". Apresentou requerimento de diligência interna ao autor da proposição, para que encaminhe aos autos documentos solicitados. Posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0292.5/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Institui o Selo Segurança Alimentar, no âmbito conferido aos bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres que ofereçam a consumidores a opção de refeição livre de lactose e de glúten, inclusive por contaminação cruzada". Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. PL./0339.3/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado e outro(s), que "Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para proibir a realização de competições de corridas de cães e abandono de animais domésticos". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Moacir Sopelsa solicitou que a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, permanecesse aberta e retornasse após a sessão ordinária, para que fosse realizada a apreciação extrapauta do PL./0398.3/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no Estado e estabelece outras providências". Posto em discussão ficou acertado por todos os membros da presente comissão, que a reunião ficaria aberta com regresso após a ordem do dia, para deliberação do projeto supramencionado. Logo após, o presidente Deputado Milton Hobus, prosseguiu com a pauta e passou a relatar as seguintes matérias: MSV/00796/2021, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o "Veto total ao PL./132/19, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 17.201, de 2017, que 'Consolida as Leis que dispõem sobre a Concessão de Pensões no âmbito do Estado de Santa Catarina', a fim de majorar a idade dos beneficiários" Apresentou parecer pela manutenção do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00864/2021, de autoria do Governo do

Estado, que dispõe sobre o "Veto total ao PL/142/21, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Postos Estaduais de Distribuição de Medicamentos a realizarem cadastro de celular de pacientes para previamente informar aos usuários acerca da disponibilidade de medicamento para sua retirada". Apresentou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0304.3/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que "Inclui ao Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina", para denominar Heinz Schulz o elevado da duplicação das Rodovias Hans Dieter Schmidt e Edgar Meister, construído sobre a Rua Dona Francisca, no Município de Joinville". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Destarte, o Presidente Deputado Milton Hobus suspendeu a reunião deixando aberta para retorno após a ordem do dia. Posteriormente, conforme acordado, findada a ordem do dia e havendo quórum regimental, o Presidente retornou com a pauta da reunião para deliberação do extrapauta solicitado pelo Deputado Moacir Sopelsa. Ato contínuo solicitou a inclusão extra do PLC/0003.0/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que "Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação", a fim de incluir a previsão da educação domiciliar. Posto em discussão, foi consentido por unanimidade. Ademais, foi passada a palavra do Deputado Moacir Sopelsa que relatou a seguinte matéria: PL./0398.3/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no Estado e estabelece outras providências". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Presidente Deputado Milton Hobus passou a relatar a seguinte matéria: PLC/0003.0/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que "Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação", a fim de incluir a previsão da educação domiciliar. Apresentou parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global de fls.374/377, com subemenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia nove de novembro de dois mil e vinte um, no horário regimental, de forma presencial, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia. Plenário Deputado Osni Régis, 26 outubro de 2021.

Deputado **Milton Hobus**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 21.0.000023684-2

* * *

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Volnei Weber, os deputados membros da Comissão: Deputado Sargento Lima, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Jair Miotto, Deputado Julio Garcia, Deputado Marcius Machado, Deputado Nazareno Martins e Deputada Paulinha. Havendo quórum regimental, o Presidente submeteu à apreciação a Ata da 14ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção ao expediente, passou à leitura do Ofício Interno nº 900/2021/CGP, datado de 28 de setembro de 2021, da Câmara Municipal de Tubarão, que encaminha a Moção nº 24 de apoio à implantação do plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Dando início à ordem do dia, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Julio Garcia, que relatou o PL./270.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que institui a Política Estadual de Transição Energética Justa e o Polo de Transição Energética Justa do Sul do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão foi concedida vistas coletiva aos membros da comissão, conforme prazo regimental. Na sequência, o Presidente questionou se havia concordância dos membros com a inclusão na pauta do PLC./0012.1/2021, de autoria do Governador do Estado, que reajusta o subsídio mensal das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria do Estado de Segurança Pública e estabelece outras providências; posto em discussão e votação a inclusão da matéria na pauta foi aprovada por maioria com voto contrário do Deputado Sargento Lima. Ato contínuo o Presidente relatou o

PLC/0012.0/2021; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Sargento Lima. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2021.

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Processo SEI 21.0.000023714-8

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, o Deputado Valdir Cobalchini, a Deputada Ana Campagnolo, o Deputado Dr. Vicente Caropreso e o Deputado Fernando Krelling. Justificadas as ausências do Deputado Ismael dos Santos, conforme Ofício nº 190/2021, e do Deputado Silvio Dreveck, conforme Ofício nº 0138/2021. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião. Pela ordem, o Deputado Dr. Vicente Caropreso solicitou a retirada de pauta do PL./0074.8/2019, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que proíbe o vilipêndio de dogmas e crenças relativas à religião cristã sob forma de sátira, ridicularização e menosprezo no âmbito do Estado de Santa Catarina; e o Deputado Fernando Krelling solicitou a retirada de pauta do PL./0039.5/202, de autoria da Deputada Paulinha, que altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de instituir o Dia Estadual do Automobilismo. A senhora Presidente submeteu à apreciação as atas da 6ª Reunião Ordinária e da 3ª reunião extraordinária, que foram aprovadas por unanimidade. Em atenção ao expediente, a senhora Presidente passou à leitura dos documentos recebidos: Ofício nº 20/2021, de autoria do Vereador Claudair Sanzovo - Sica, que informa ter sido procurado pela direção e comunidade acadêmica da Escola de Educação Básica Marechal Bormann, os quais temem pela municipalização do ensino sem qualquer diálogo com a comunidade escolar; solicita esclarecimentos com a relação à Gerência Regional de Educação, tratando de esclarecer em relação ao Secretário de Estado da Educação. Ofício nº 0496/2021, datado de 15 de setembro de 2021, da Câmara de Vereadores de Itajaí, que encaminha requerimento de autoria do Vereador Marcelo Werner, que solicita reconsideração da decisão de cancelamento do PARAJASC, do ano de 2021, a fim de que a mesma seja marcada para outra data, dentro desse ano, ou seja, adotando-se o mesmo entendimento aplicado para o JASC e outras competições. A senhora Presidente informou que os documentos estão disponíveis para consulta dos demais membros da comissão. Seguindo a Ordem do Dia, passou a palavra ao Deputado Fernando Krelling, que retirou de pauta o requerimento de sua autoria, que solicita a realização de Audiência Pública para tratar e discutir o cancelamento de diversos eventos integrantes do calendário 2021 da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte, em função de novos desdobramentos pertinentes a esta questão. Na sequência, a senhora Presidente apresentou requerimento de sua autoria, que solicita o encaminhamento de convite ao Secretário de Estado da Educação, Luiz Fernando Vampiro, para o comparecimento em reunião da Comissão para prestar esclarecimentos sobre a municipalização do Ensino Fundamental em Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a anuência dos demais membros da comissão, a senhora Presidente passou a leitura de três requerimentos extrapauta de sua autoria: Solicitação do Fórum Estadual de Educação de envio de ofício aos vereadores dos 295 municípios, incentivando a participação na etapa municipal das Conferências de Educação que antecedem as etapas estaduais e nacional; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento para que seja feito convite ao Fórum Estadual de Educação,

através da sua comissão, para apresentar o 3º Relatório do Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento solicitando o apoio dessa comissão para que a Secretaria de Estado da Educação faça a aquisição de livros sobre os escritores negros catarinenses Ildefonso Juvenal, Trajano Margarido e João Rosa Júnior; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo passou a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini, que relatou o PL./0292.5/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no ato da matrícula dos alunos da rede pública estadual de ensino e adota outras providências; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão, foi concedida vista à Deputada Luciane Carminatti. PL./0372.4/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que dispõe sobre o recebimento, pela Secretaria de Estado da Educação, de projetos de engenharia em doação, sem ônus ou encargos, de pessoa física ou jurídica de direito privado, exarou parecer pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva global apresentada pelo autor e da subemenda à emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado Dr. Vicente Caropreso relatou a PEC/0011.1/2019, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que dispõe sobre a alteração do inciso IV do art. 164 da Constituição do Estado de Santa Catarina; exarou parecer contrário, que, posto em discussão, foi concedida vista à Deputada Ana Campagnolo. Ato contínuo a Senhora Presidente relatou as seguintes matérias: PL./0235.7/2019, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que dispõe sobre medidas de prevenção ao uso de drogas ilícitas e sobre a obrigatoriedade do exame toxicológico em candidatos ao ingresso nas Universidades Estaduais; exarou parecer contrário, que, posto em discussão, foi concedida vista à Deputada Ana Campagnolo. PL./0418.1/2019, de autoria da Deputada Ada de Luca, que institui e define diretrizes para a política Pública "Menstruação sem Tabu" de conscientização sobre a menstruação e a Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos, e adota providências correlatas, sendo que dentro desse projeto foi apensado o PL./0261.9/2021; exarou parecer pela aprovação nos termos da emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL./0021.6/2020, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que altera o art. 1º da lei nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008 e adota outras providências; apresentou requerimento de diligenciamento ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE-SC) e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (UNDIME-SC), que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL./0180.9/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que define critérios para a concessão de honrarias, comendas, condecorações e homenagens congêneres no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia. Sala das Comissões, 8 de novembro de 2021.

Deputada **Luciane Carminatti**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Processo SEI 21.0.000023736-9

— * * * —

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado João Amin, os membros da Comissão: Deputada Luciane Carminatti, Deputado Marcos Vieira, Deputado Milton Hobus, Deputado Romildo Titon e Deputado Volnei Weber substituindo o Deputado Deputado Jerry Comper. Registrada a presença do convidado Vereador Lucas Souza da cidade de Joinville. Havendo quórum regimental, a senhor

Presidente abriu a reunião colocando em apreciação a ata da 7ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção ao Expediente, o senhor Presidente passou à leitura das correspondências recebidas: Moção nº 17/2021, datada de 13 de outubro de 2021, da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, manifestando apoio à Comissão Interestadual Pró-Ponte sobre o Rio Uruguai, sendo favorável a construção da ponte que interliga o Estado de Santa Catarina, pelo Município de Itapiranga, e o Estado do Rio Grande do Sul pelo município de Barra do Guarita. Moção de Apelo nº 011/2021, datada de 5 de outubro de 2021, da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Oeste, que apela às autoridades competentes a execução da obra da ponte que interliga o Estado de Santa Catarina, pelo Município de Itapiranga, e o Estado do Rio Grande do Sul pelo município de Barra do Guarita. Moção de Apelo nº 012/2021, datada de 7 de outubro de 2021, da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Oeste, que apela aos Deputados para que sejam viabilizados recursos financeiros para pavimentação asfáltica da Linha Colorado e Linha Alegre que dão acesso à BR 282 do Município de Descanso. Ofício nº 128/2021, que encaminha a Moção nº 23/2021, datada de 4 de outubro de 2021, da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, manifestando apoio à Comissão Interestadual Pró-Ponte sobre o Rio Uruguai, sendo favorável a construção da ponte que interliga o Estado de Santa Catarina, pelo Município de Itapiranga, e o Estado do Rio Grande do Sul pelo município de Barra do Guarita. Moção nº 10/2021, datada de 25 de outubro de 2021, da Câmara Municipal de Vereadores de Belmonte, manifestando apoio à Comissão Interestadual Pró-Ponte sobre o Rio Uruguai, sendo favorável a construção da ponte que interliga o Estado de Santa Catarina, pelo Município de Itapiranga, e o Estado do Rio Grande do Sul pelo município de Barra do Guarita. Ato contínuo fez a leitura de requerimento de autoria dos Deputados Fabiano da Luz, Adriano de Martini, Luciane Carminatti e Neodi Saretta, para que seja promovida Audiência Pública para tratar da "integração dos sistemas viários existentes na Grande Florianópolis", a realizar-se de forma virtual por esse parlamento, em data e horário a serem definidos"; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida a Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0388/2021, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que denomina Celso Marasca a Rodovia SC-283, no trecho compreendido entre os Municípios de Mondaí e Itáiranga; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Milton Hobus, que relatou o PL./0166.0/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Estado de Santa Catarina e adota outras providências; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Deputado Marcos Vieira relatou o PL./0118.3/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que estabelece diretrizes de incentivo ao turismo no Estado de Santa Catarina, através da instalação de placas de sinalização vertical, nas rodovias de acesso aos Municípios, dispondo sobre suas potencialidades econômicas ou suas respectivas raízes culturais; exarou parecer pela aprovação nos termos da emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente relatou o PLC./0001.8/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que institui a Região metropolitana de Joinville (RMJ) e estabelece outras providências; exarou parecer pela aprovação, na forma da emenda substitutiva global; que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o vereador Lucas Souza que ressaltou que a região possui as condições necessárias para ser regulamentada enquanto metrópole, onde os municípios farão o custeio, para o melhor desenvolvimento. Salientou da importância da aprovação do PLC./0001.8/2021, que imediatamente terá impacto na região, que subsidiará avanços importantes para o desenvolvimento regional. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2021.

Deputado João Amin

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Processo SEI 21.0.000023760-1

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2021

Reajusta o subsídio mensal das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado da Segurança Pública e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados o subsídio mensal dos integrantes da carreira de Delegado de Polícia e o subsídio mensal dos integrantes do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil - Subgrupo Agente da Autoridade Policial, mediante a multiplicação dos valores fixados no Anexo I da Lei Complementar nº 765, de 7 de outubro de 2020, pelos coeficientes constantes dos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica reajustado o subsídio mensal dos integrantes do Quadro de Pessoal do Instituto Geral de Perícia (IGP), mediante a multiplicação dos valores fixados no Anexo II da Lei Complementar nº 765, de 2020, pelos coeficientes constantes dos Anexos III e IV desta Lei Complementar.

Art. 3º Fica reajustado o subsídio mensal dos Militares Estaduais vinculados ao Regime Remuneratório Especial de que trata a Lei Complementar nº 765, de 2020, mediante a multiplicação dos valores fixados no Anexo III da Lei Complementar nº 765, de 2020, pelos coeficientes constantes dos Anexos V e VI desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Observada a vigência dos Anexos V e VI desta Lei Complementar, o subsídio do Aluno Oficial do 1º, 2º, 3º e 4º Períodos fica fixado no valor equivalente ao subsídio do Aspirante a Oficial.

Art. 4º Aos Militares Estaduais ativos e inativos e aos pensionistas de Militares Estaduais que tenham exercido a opção de que trata o *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 765, de 2020, fica facultada a apresentação de pedido de retratação, até 31 de dezembro de 2021, para fins de vinculação ao Regime Remuneratório Especial dos Militares Estaduais, com efeitos a partir do mês seguinte ao do protocolo do pedido.

Art. 5º Aplica-se o disposto nesta Lei Complementar aos servidores públicos e Militares Estaduais inativos e aos respectivos pensionistas com direito à paridade em seus benefícios, nos termos da Constituição da República.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a contar de 1º de janeiro de 2022, os Anexos I, III e V; e

II – a contar de 1º de julho de 2022, os Anexos II, IV e VI.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2021.

Deputado **Milton Hobus**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

POLICIAIS CIVIS

(Vigência a contar de 1º de janeiro de 2022)

CARGO	COEFICIENTE
Delegado de Polícia Entrância Especial	1,1050014
Delegado de Polícia Entrância Final	1,1050056
Delegado de Polícia Entrância Inicial	1,1050107
Delegado de Polícia Substituto	1,1050173
Agente da Autoridade Policial Classe VIII	1,1126418

Agente da Autoridade Policial Classe VII	1,1050027
Agente da Autoridade Policial Classe VI	1,1050197
Agente da Autoridade Policial Classe V	1,1050289
Agente da Autoridade Policial Classe IV	1,1307456
Agente da Autoridade Policial Classe III	1,1493024
Agente da Autoridade Policial Classe II	1,1699097
Agente da Autoridade Policial Classe I	1,1547502

ANEXO II

POLICIAIS CIVIS

(Vigência a contar de 1º de julho de 2022)

CARGO	COEFICIENTE
Delegado de Polícia Entrância Especial	1,2100029
Delegado de Polícia Entrância Final	1,2100112
Delegado de Polícia Entrância Inicial	1,2100215
Delegado de Polícia Substituto	1,2100347
Agente da Autoridade Policial Classe VIII	1,2252837
Agente da Autoridade Policial Classe VII	1,2100054
Agente da Autoridade Policial Classe VI	1,2100394
Agente da Autoridade Policial Classe V	1,2100579
Agente da Autoridade Policial Classe IV	1,2614913
Agente da Autoridade Policial Classe III	1,2986049
Agente da Autoridade Policial Classe II	1,3398194
Agente da Autoridade Policial Classe I	1,3095004

ANEXO III

QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA

(Vigência a contar de 1º de janeiro de 2022)

CARGO	COEFICIENTE
Perito Oficial Classe IV	1,1050014
Perito Oficial Classe III	1,1050056
Perito Oficial Classe II	1,1050107
Perito Oficial Classe I	1,1050173
Técnico Pericial Classe V	1,1126418
Técnico Pericial Classe IV	1,1050027
Técnico Pericial Classe III	1,1050197
Técnico Pericial Classe II	1,1050289
Técnico Pericial Classe I	1,1307456
Auxiliar Pericial Classe VIII	1,1126418

Auxiliar Pericial Classe VII	1,1050027
Auxiliar Pericial Classe VI	1,1050197
Auxiliar Pericial Classe V	1,1050289
Auxiliar Pericial Classe IV	1,1307456
Auxiliar Pericial Classe III	1,1493024
Auxiliar Pericial Classe II	1,1699097
Auxiliar Pericial Classe I	1,1547502

ANEXO IV

QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
(Vigência a contar de 1º de julho de 2022)

CARGO	COEFICIENTE
Perito Oficial Classe IV	1,2100029
Perito Oficial Classe III	1,2100112
Perito Oficial Classe II	1,2100215
Perito Oficial Classe I	1,2100347
Técnico Pericial Classe V	1,2252837
Técnico Pericial Classe IV	1,2100054
Técnico Pericial Classe III	1,2100394
Técnico Pericial Classe II	1,2100579
Técnico Pericial Classe I	1,2614913
Auxiliar Pericial Classe VIII	1,2252837
Auxiliar Pericial Classe VII	1,2100054
Auxiliar Pericial Classe VI	1,2100394
Auxiliar Pericial Classe V	1,2100579
Auxiliar Pericial Classe IV	1,2614913
Auxiliar Pericial Classe III	1,2986049
Auxiliar Pericial Classe II	1,3398194
Auxiliar Pericial Classe I	1,3095004

ANEXO V

REGIME REMUNERATÓRIO ESPECIAL DOS MILITARES ESTADUAIS
(Vigência a contar de 1º de janeiro de 2022)
OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS

POSTO	COEFICIENTE
Coronel	1,1050014
Tenente-Coronel	1,1050056
Major	1,1050107
Capitão	1,1050173

1º Tenente	1,1050100
2º Tenente	1,1050082
Aspirante a Oficial	1,1050014

PRAÇAS MILITARES ESTADUAIS

GRADUAÇÃO	COEFICIENTE
Subtenente	1,1126418
1º Sargento	1,1050027
2º Sargento	1,1050197
3º Sargento	1,1050289
Cabo	1,1307456
Soldado de 1ª Classe	1,1493024
Soldado de 2ª Classe	1,1699097
Soldado de 3ª Classe	1,1547502

ANEXO VI

REGIME REMUNERATÓRIO ESPECIAL DOS MILITARES ESTADUAIS

(Vigência a contar de 1º de julho de 2022)

OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS

POSTO	COEFICIENTE
Coronel	1,2100029
Tenente-Coronel	1,2100112
Major	1,2100215
Capitão	1,2100347
1º Tenente	1,2100201
2º Tenente	1,2100165
Aspirante a Oficial	1,2100029

PRAÇAS MILITARES ESTADUAIS

GRADUAÇÃO	COEFICIENTE
Subtenente	1,2252837
1º Sargento	1,2100054
2º Sargento	1,2100394
3º Sargento	1,2100579
Cabo	1,2614913
Soldado de 1ª Classe	1,2986049
Soldado de 2ª Classe	1,3398194
Soldado de 3ª Classe	1,3095004

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 390, de 19 de novembro de 2021

Homologa as indicações dos homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense no ano de 2021.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições previstas no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno e considerando o estabelecido no § 2º do art. 3º da Resolução nº 002, de 4 de setembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam homologados os indicados pelos Deputados da 19ª Legislatura, constantes do Anexo Único deste Ato, para receberem a Comenda do Legislativo Catarinense no ano de 2021.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

ANEXO ÚNICO

INDICAÇÕES DOS HOMENAGEADOS COM A COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE 2021

DEPUTADO	INDICADO	
Ada De Luca – MDB	Gilberto Luiz Zanette	Empresário
Altair Silva – PP	Waldemar Antônio Schmitz	Empresário
Ana Campagnolo – PSL	Sergio Colle	Professor
Coronel Mocellin – PSL	Marlon Jorge Teza	Militar
Dirce Heiderscheidt – MDB	Alexius Tcholakian Morales	Empresário
Dr. Vicente Caropreso – PSDB	Rodrigo Ferreira de Souza	Médico
Fabiano da Luz – PT	Sandra de Avila Farias Bordignon	Professora
Fernando Krelling – MDB	Marco Antonio Corsini	Presidente Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ)
Felipe Estevão – PSL	David Pereira de Araujo	Pastor
Ismael dos Santos – PSD	Alceu Daud De Mello	Presidente do Instituto Redenção
Ivan Naatz – PL	Nerino José Furlan	Empresário
Jair Miotto – PSC	Noely Parisotto	Pastora
Jerry Comper – MDB	Vida e Cor Enxovais Ltda	Empresa
Jessé Lopes – PSL	Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho - Hospital São José de Criciúma/SC	Entidade
João Amin – PP	Artur Wanke (<i>in memoriam</i>)	Empresário
José Milton Scheffer – PP	José Antônio Tiscoski da Silva	Professor
Julio Garcia – PSD	Comunidade Bethânia	Entidade
Kennedy Nunes – PTB – 2º Vice-Presidente	José Norberto de Souza Filho	Militar
Laércio Schuster – PODEMOS – 4º Secretário	Miranda Heidrich	Professora e Contabilista
Luiz Fernando Vampiro – MDB	Comunidade Cristã ABBA PAI CHURCH	Entidade
Luciane Carminatti – PT	Lauro Mattei	Professor

Marcus Machado – PL	Aldorindo Speranza	Empresário
Marcos Vieira – PSDB	Bruno Linhares Bortoluzzi	Empresário
Marlene Fengler – PSD	Nereu do Vale Pereira	Professor
Mauro de Nadal – MDB – Presidente	Antonio Joaquim Mathias e Hugo Lorenzetti	Professores
Mauricio Eskudlark – PL	Família Gringo	Empresa
Milton Hobus – PSD	Irmã Edelir Stupp	Religiosa
Moacir Sopelsa – MDB	Octaviano Zandonai	Empresário
Nazareno Martins – PSB	Gentil Reinaldo Cordioli Filho	Empresário
Neodi Saretta – PT	APAE Concórdia	Entidade
Nilso Berlanda – PL – 1º Vice-Presidente	Jorge Goettel de Lima	Empresário
Paulinha – Sem Partido	Rubens Spernau	ex-Prefeito de Balneário Camboriú
Padre Pedro Baldissera – PT – 3º Secretário	Dom José Gomes – (<i>in memoriam</i>)	Bispo
Ricardo Alba – PSL – 1º Secretário	Associação de Paciente Renais de Santa Catarina - APAR	Entidade
Rodrigo Minotto PDT – 2º Secretário	Antônio Luiz Lalau	Pastor e professor
Sargento Lima – PL	Mariza Scholz	Professora
Sergio Motta – Republicanos	Dionei Tonet	Militar
Silvio Dreveck – PP	Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE/SÃO BENTO DO SUL	Entidade
Valdir Cobalchini – MDB	Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social	Entidade
Volnei Weber – MDB	Marcos Luiz Schlickmann	Empresário

Processo SEI 21.0.000023243-0

Republicado por Incorreção*PORTARIA****PORTARIA Nº 1850, de 23 de novembro de 2021**

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1316/2020,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora, ANA RITA MORICONI DE SOUZA, matrícula nº 4345, para **ANA RITA MORICONI**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo RCPN – COMARCA DE PORTO ALEGRE - 2º ZONA-RS

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000024066-1

* * *

PORTARIA Nº 1851, de 23 de novembro de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,
PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do(a) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc.SEA nº
7207	ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONÇALVES	90	20/11/2021	2371

Luiz Alberto Metzger Jacobus
 Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000024050-5

— * * * —

PORTARIA Nº 1852, de 23 de novembro de 2021

O Presidente da Comissão de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) designado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio do ATO DA MESA Nº 386, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário da ALESC nº 7.974 de 12 de novembro de 2021, no uso de suas atribuições, nos termos do Parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar Estadual nº 491, de 20 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **ANA RITA MORICONI DE SOUZA**, matrícula 4345, Analista Legislativo da ALESC, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão.

Luiz Henrique Belloni de Farias
 Presidente da Comissão

Processo SEI 21.0.000023916-7

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

1ª REPUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021 - 1ª Republicação

Nº DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 908819

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para o fornecimento de gêneros alimentícios (açúcar, café, água mineral e leite), ao longo do ano de 2022, mediante demanda e entrega programada, para atender às necessidades da ALESC, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 06/12/2021 - HORA: 08:45h

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil site (www.licitacoes-e.com.br) nº 908819 até o dia 06 de dezembro de 2021 às 08:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br/licitacao) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, no 8º, Sala 804 - Centro – Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Rafael Batista dos Santos
 Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 21.0.000024022-0

— * * * —

AVISO DE LICITAÇÃO**1ª REPUBLICAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021 - 1ª Republicação

Nº DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 905534

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Tecnologia de Informação (TI) na operação dos serviços de atendimento e suporte técnico (Service Desk) de primeiro nível aos usuários de soluções de tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 07/12/2021 - HORA: 08:45h

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil site (www.licitacoes-e.com.br) nº 905534 até o dia 07 de dezembro de 2021 às 08:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br/licitacao) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, no 8º, Sala 804 - Centro – Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Rafael Batista dos Santos
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 21.0.000024070-0

ERRATAS**ERRATA DE ATO ADMINISTRATIVO****ERRATA AO DIÁRIO DA ASSEMBLEIA Nº 7.979, DE 22/11/2021**

Nas páginas 03 e 05 do referido Diário:

Onde se lê: 19/11/2021

Leia-se: 22/11/2021

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC
Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia